

Prioridades de Aplicação dos Recursos Provenientes da Cobrança pela utilização de Recursos Hídricos

HISTÓRICO

Com a **RESOLUÇÃO Nº 70, de 19 de 19/03/2007** foram Estabelecidos procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inc. II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000.

HISTÓRICO

A RESOLUÇÃO Nº 97, DE 17 de Dezembro de 2008 alterou a Resolução CNRH nº 70 e Estabeleceu os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de junho de 2000”.

Nota Técnica nº 048/2009/SAG

A Nota Técnica Nº 48 relata as ações a serem priorizadas a partir das informações enviadas por Conselhos Estaduais, órgãos gestores e Comitês de Bacias Hidrográficas de rios de domínio da União, conforme Resolução CNRH nº 70, de 19 de março de 2007.

Nota Técnica nº 048/2009/SAG

Segundo anexo da referida resolução, em cada preenchimento, deveriam ser selecionados, por cada entidade, 3 (três) subprogramas contidos na estrutura do Plano Nacional de Recursos Hídricos, atribuindo-se nota de 1 a 3, em ordem de prioridade.

Nota Técnica nº 048/2009/SAG

Foram feitas tabelas com o agrupamento das respostas recebidas de cada entidade por subprograma, gerando a somatória de priorizações atribuídas por nível de prioridade (1, 2 ou 3), conforme demonstrado a seguir.

ANEXO III - Levantamento das prioridades

(Totais por nível de prioridade)

PROGRAMAS	SUBPROGRAMAS	Nível de Prioridade		
		1	2	3
I - ESTUDOS ESTRATÉGICOS SOBRE RECURSOS HÍDRICOS	Estudos estratégicos sobre o contexto macroeconômico global e a inserção geopolítica da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos – GIRH no contexto latino-americano e caribenho.			
	Estudos estratégicos sobre cenário nacional de desenvolvimento e impactos regionais que afetam a gestão de recursos hídricos.			
	Implementação prática de compromissos internacionais em corpos de águas transfronteiriços e desenvolvimento de instrumentos de gestão e de apoio à decisão, compartilhados com países vizinhos.			
	Estudo para a definição de unidades territoriais para a instalação de modelos institucionais e respectivos instrumentos de gestão de recursos hídricos.			
II - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA GIRH NO BRASIL	Organização e apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH.			
	Apoio à organização de Sistema Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGRHs.	1	1	1
	Adequação, complementação e convergência do marco legal e institucional.			
	Sustentabilidade econômico-financeira da gestão de recursos hídricos.	1	1	

III - DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	Cadastro Nacional de Usos e Usuários.			
	Rede hidrológica quali-quantitativa nacional.	1	1	3
	Processamento, armazenamento, interpretação e difusão de informação hidrológica.			
	Metodologias e sistemas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos.		1	
	Subprograma Nacional de Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos.			
	Planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos de água em classes de uso.	4	2	1
	Aplicação de instrumentos econômicos à gestão de recursos hídricos.	1	2	1
	Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos.			
	Apoio ao desenvolvimento de sistemas de suporte à decisão.			
IV - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, CAPACITAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES EM GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS HÍDRICOS	Desenvolvimento, consolidação de conhecimento, inclusive os conhecimentos tradicionais, e de avanços tecnológicos em gestão de recursos hídricos.			
	Capacitação e educação, em especial ambiental, para a gestão de recursos hídricos.	1		2
	Comunicação e difusão de informações em gestão integrada de recursos hídricos.			1
V - ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL, INTERINSTITUCIONAL E INTRA-INSTITUCIONAL DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	Avaliação de impactos setoriais na gestão de recursos hídricos.			
	Compatibilização e integração de projetos setoriais e incorporação de diretrizes de interesse para a GIRH.			

VI - USOS MÚLTIPLOS E GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS HÍDRICOS	Gestão em áreas sujeitas a eventos hidrológicos ou climáticos críticos.			
	Gestão da oferta, da ampliação, da racionalização e do reuso de água.		1	1
	Gestão de demandas, resolução de conflitos, uso múltiplo e integrado de recursos hídricos.			
	Saneamento e gestão ambiental de recursos hídricos no meio urbano.	1		1
	Conservação de solos e água – manejo de microbacias no meio rural.			
	Estudo sobre critérios e objetivos múltiplos voltados à definição de regras e restrições em reservatórios de geração hidrelétrica.			
VII - PROGRAMAS SETORIAIS VOLTADOS AOS RECURSOS HÍDRICOS	Despoluição de bacias hidrográficas.	2	2	1
	Otimização do uso da água em irrigação.			
VIII - NACIONAL DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS				

IX - GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS INTEGRADOS AO GERENCIAMENTO COSTEIRO, INCLUINDO AS ÁREAS ÚMIDAS				
X - GESTÃO AMBIENTAL DE RECURSOS HÍDRICOS NA REGIÃO AMAZÔNICA				
XI - CONSERVAÇÃO DAS ÁGUAS NO PANTANAL, EM ESPECIAL SUAS ÁREAS ÚMIDAS				
XII - GESTÃO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS E CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO		1	1	
XIII - GERENCIAMENTO EXECUTIVO E DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS				

Discussão na CTCOB sobre a PROPOSTA DE RESOLUÇÃO Nº ----- DE MAIO DE 2009

Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inc. II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2010/2011.

Art. 1º A aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, deverá priorizar para os exercícios orçamentários de 2010 e 2011 os Subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos a seguir relacionados:

I-Planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos de água em classes de uso.

(...)

XII-Comunicação e difusão de informações em gestão integrada de recursos hídricos.

Parágrafo único. A ordem numérica de listagem dos subprogramas não estabelece a hierarquia de prioridades.